

Título: “Doravante”

Autor: José M. D. Poças

(Presidente da Distrital de Setúbal da OM e Director de Serviço de um Centro Hospitalar EPE da Rede Pública Nacional)

Texto

“... a mudança é uma questão de vontade ... a cooperação gera mais valor do que a competição, ao contrário do que se tem suposto nos últimos 20 anos ...” (sic.) *Guilherme de Oliveira Martins* (in “JL”, Fevereiro/2010)

A situação da saúde em Portugal é cada vez mais preocupante. Dos profissionais, aos doentes, dos políticos aos gestores, aquilo que seria de início apenas uma vaga impressão dos mais lúcidos observadores e especialistas na matéria, transformou-se presentemente numa certeza que recolhe uma rara unanimidade.

De um modelo marcadamente hospitalocentrico promovido compreensivelmente a seguir à Revolução de Abril de 1974, optou-se mais recentemente por tentar compensar este histórico “erro” estratégico, promovendo uma profunda reforma do sector que se iniciou por uma reorganização dos Cuidados de Saúde Primários. Não contesto tal decisão, até porque fui sempre um defensor convicto da ideia segundo a qual uma das principais condições para garantir o adequado funcionamento dos Cuidados Secundários é precisamente o prévio bom funcionamento dos Cuidados Primários.

Contudo, a presente realidade da rede hospitalar pública exige, também ela, uma profunda e urgente Reforma. Com o notório envelhecimento da classe médica e com a saída impressionante de especialistas (quer por aposentação ou reforma, quer para encetarem outros projectos profissionais noutras unidades sob gestão privada ou mesmo pública), alguns Serviços não têm já “massa crítica” para poderem funcionar adequadamente, e muitos outros, criados à revelia da lei vigente aquando das gestões SA, nunca deveriam sequer ter existido.

Na sua verdadeira essência, a existência de um Serviço deveria supor a conjunção de várias condições prévias, designadamente, estar inserido num Plano de índole nacional e regional consequente com as reais necessidades, ter uma “massa crítica adequada” (nº de doentes e profissionais, condições logísticas e técnicas suficientes), e ser um centro de formação pós-graduada e de investigação clínica.

Não apenas, como me parece que esteve presente na sua génese, a corporização da tentativa de assim isolar mais facilmente um suposto responsável (na óptica míope de então) pelo crescimento vertiginoso dos gastos, sobretudo na rubrica dos medicamentos imprescindíveis ao controlo das doenças ditas emergentes, mas também na área da inovação tecnológica e terapêutica.

Existem presentemente muitos exemplos que ilustram de forma assaz eloquente esta triste realidade, havendo a necessidade imperiosa de adoptar medidas corajosas de racionalização e de moralização, se não nos queremos deparar um destes dias com roturas assistências de enorme impacto em importantes sectores da população, e até na própria Saúde Pública.

Digo isto por experiência própria e por profunda convicção nas reflexões que tenho feito ao longo de mais de um quarto de século de vida clínica, e que tenho tido a oportunidade de partilhar com inúmeros colegas das mais variadas especialidades e nos mais diversos “foruns”.

Esta candente Reforma deve supor, para além de um estudo aturado e isento da realidade presente e futura, uma planificação escalonada no tempo, dado que, se é mau haver carência de meios humanos qualificados, tenho também a convicção sincera de que não sei se ainda não será pior a sua produção deliberadamente excedentária com intuítos mais ou menos ocultos!

A recente criação de um número manifestamente desproporcionado de cursos de Medicina, não deveria nunca supor o surgimento a prazo de uma situação idêntica à que se passa actualmente com a classe de Enfermagem onde, pela via do nefasto desequilíbrio entre a oferta e a procura, muitos destes profissionais encontram-se em situações verdadeiramente indignas de precariedade social e económica, logo desmotivados e revoltados com as injustiças do sistema. Na realidade, voltou-se antes a fomentar o duplo emprego, o que é um inegável retrocesso, até por este ser um factor decisivo que condiciona a produtividade de uns e a falta de oportunidade de emprego de outros.

As Faculdades não devem pois existir em função de nefastos interesses meramente corporativos ou como automático reflexo de uma qualquer conjuntura politiqueria mais ou menos efémera e pouco fundamentada, e muito menos ainda, como pretensos centros de excelência didáctica e científica, mas na realidade travestidos no papel de simples “fábrica” de desempregados ou de assalariados mal remunerados e acríticos, logo, simples frustrados no imediato e profundamente revoltados a prazo!

Devem antes, isso sim, corresponder à síntese difícil, mas eminentemente necessária, entre a legítima vontade individual de realização pessoal e profissional, e as previsíveis necessidades efectivas da sociedade.

Convém não esquecer que a experiência adquirida e partilhada é fundamental para a designada “massa crítica” já referida, e que só esta pode conduzir à competência e realização profissional. Por outro lado, tal como é consensual, profissionais desmotivados e frustrados jamais prestarão os cuidados clínicos necessários com o almejado atributo de humanidade, realidade que infelizmente já vai rareando nos nossos dias, igualmente com repercussões muito negativas nos doentes e na sua relação com os profissionais do sector e com as instituições, logo, com o próprio sistema em si. Em vez disso, serão eles próprios os grandes promotores da denominada “medicina defensiva” que, como é bem sabido, é muito mais onerosa e ineficiente.

Hoje em dia, assiste-se quotidianamente ao degradante espectáculo de empresas privadas supostamente especializadas em recursos humanos aliciarem a contratação de médicos como se tratasse de um mero leilão de cariz futebolístico, e de elementos bastante menos experientes e qualificados auferirem vencimentos muito superiores a outros que sempre deram um exemplo de dedicação ao SNS e que souberam percorrer com coerência o demorado e exigente caminho das Carreiras Médicas, criando-se pois situações de manifesta

desigualdade e injustiça que estão actualmente a minar de uma forma fatal e irreversível todo o sistema.

Não serão pois os arautos de tal pérfido e vil sistema, os tais que hoje oferecem “generosamente” honorários de “80”, que ambicionam num futuro não muito longínquo dar apenas “8” pelo mesmíssimo trabalho, quando na realidade o seu valor correcto e justo se situaria algures no meio destas duas importâncias? Quem estará então a lucrar com aquilo que é presentemente uma das principais causas do défice das instituições hospitalares, logo da eventual próxima ruína do próprio sistema?

E o que dizer da qualidade dos internatos de especialidade dos médicos que são cada vez mais vezes aliciados para o trabalho extenuante das urgências, completamente desinseridos do âmago daquilo que deveriam efectivamente estar a estudar e investigar, distantes dos seus hospitais e serviços de origem, desgarrados de uma salutar e quase inexistente prática clínica decorrente da integração em equipas homogéneas e devidamente hierarquizadas na base da competência e experiência profissional? É este o modelo com que se pretende a alegada profissionalização dos Serviços de Urgência? Não será antes um sinal da anacrónica eternização da mediocridade em detrimento da almejada qualidade?

É pois esta a situação que está a hipotecar de forma irreversível a sustentabilidade do muito que foi conseguido através da criação, primeiro das Carreiras Médicas e depois do SNS, realidades que tanto beneficiaram as populações e constituíram para muitas gerações de médicos um motivo de redobrado orgulho, reflexo do seu empenhamento e competência.

Sem estes valores, tudo será diferente para pior, com reflexos muito negativos, não só para os doentes, mas também ao nível financeiro, sendo pois fundamental para todos que tal tendência se inverta, dado que apenas com a mobilização sem reservas dos profissionais se pode ter uma medicina de qualidade e humanizada, sendo certo que só esta permite simultaneamente a genuína realização dos primeiros e a satisfação dos segundos.

É assim, neste quadro que, por vezes, como tantas vezes aconteceu na nossa história colectiva, ou na nossa vida privada, alguns simples episódios, ou mesmo, aquilo que noutros contextos poderia não passar de um mero equívoco, pela sua elevada carga simbólica num determinado período de maior vulnerabilidade psicológica como o que atravessamos, acaba por assumir uma decisiva relevância, qual reflexo “freudiano” de inconfessáveis fantasmas ou recalcamientos mais ou menos inconscientes.

Refiro-me concretamente à mais que infeliz expressão “**Doravante designados Trabalhadores Médicos**” que repetidamente se pode ler na legislação recentemente publicada a propósito da reformulação do articulado legal referente às novas Carreiras Médicas.

Se há coisas que podem mudar, e outras que é imperioso alterar, há também as que, precisamente pela sua carga simbólica decorrente de um património histórico milenar de que todos somos herdeiros e do qual nos devemos legitimamente orgulhar, não deveriam nunca ser modificados sob pretexto algum. Uma dessas coisas é certamente a designação do nosso inolvidável mister, na tradição de respeito que é inteiramente devido aos nossos venerandos

Mestres, o primeiro dos quais o célebre autor do documento que todos juramos cumprir no início da nossa vida profissional.

MÉDICO é aquilo que sou, é aquilo que todos somos, e a condição de trabalhador é uma denominação tão genérica e transversal, que se torna perfeitamente desadequada e supérflua neste contexto. A não ser que alguém pretenda passar a designar todas as restantes profissões, ofícios e funções da mesma forma. E assim, passaríamos a ter o Trabalhador Presidente da República, o Trabalhador Primeiro-Ministro, o Trabalhador Cardeal Patriarca, o Trabalhador Gestor Hospitalar, o Trabalhador Coveiro do Cemitério Municipal, e todo o restante rol quase infundável que a sociedade ou a nossa mais ou menos fértil imaginação conseguir arranjar... Ridículo. Mais, INADMISSIVEL!!!

Antes preferia constatar que, DORAVANTE, os mais genuínos preceitos da Ética e a da Deontologia Civilizacionais passassem a ser o referencial da conduta profissional e relacional, não só dos Médicos, mas também dos Governantes, dos Empresários, dos Sindicalistas, dos Membros das diversas Ordens Profissionais, no fundo, de Todos e Cada Um dos Cidadãos desta “Aldeia Global”. Seria seguramente uma igualitarização muito mais nobre e elevada do que a que tristemente ficou sentenciada no Diário da República deste *“País à beira mar plantado”*, onde, segundo reza a sábia lenda milenar, habitaria um *“povo que não se governa nem se deixa governar”*.

Quão mais motivante não teria sido, para aqueles “Velhos do Restelo” que ainda teimam *“quixotescamente”* em não abandonar o moribundo SNS e em acreditar genuinamente nas enormes virtudes das Carreiras Médicas, verificar que DORAVANTE deixariam de existir os abutres dos intermediários que tão nefastamente parasitam o sistema. Que os Serviços passariam a ter as condições devidas para a formação dos médicos e para a assistência mais adequada e humanizada dos doentes. Que as progressões passar-se-iam a fazer com base numa avaliação isenta, inter-pares, das competências profissionais de cada um. Que os salários deixariam de ser fomentadores de gritantes injustiças, mas antes exemplarmente recompensadores de uma voluntária entrega a tão exigente e desgastante missão e com uma variável decorrente da produtividade, da assiduidade e da qualidade do desempenho individual avaliadas periodicamente.

Que DORAVANTE os médicos deixariam de ser equiparados a meros funcionários *“mangas-de-alpaca”* e desconfiadamente olhados como eternos desrespeitadores de horários rígida e absurdamente estabelecidos, alegadamente em proveito próprio e à revelia do interesse primordial dos doentes, mas antes considerados nas suas reconhecidas idiosincrasias, a começar pelos próprios elementos da Classe e acabar nos políticos, passando pela complexa teia de burocratas que gravitam em torno das instituições, muitas vezes sem que se saiba verdadeiramente qual a importância efectiva das funções que desempenham para o melhor tratamento dos doentes.

Que DORAVANTE não iria existir jamais carência ou excesso de médicos ou serviços, e que todos os cidadãos poderiam ter os cuidados de saúde necessários com a proximidade possível.

Finalmente, que DORAVANTE jamais alguém se lembraria sequer de imaginar apelidar a nossa profissão com outro epíteto que não o que Hipócrates utilizou nos seus sábios e intemporais escritos.

DORAVANTE ...

Setúbal 2010/02/25

José M. D. Poças